

RESENHA DE LIVRO

**CENSURA POR TODA PARTE: OS BASTIDORES JURÍDICOS DO INQUÉRITO
DAS FAKE NEWS E A NOVA ONDA REPRESSORA QUE ASSOLA O BRASIL**
AUTOR DO LIVRO: ANDRÉ MARSIGLIA¹

BOOK REVIEW

**CENSURE EVERYWHERE: THE LEGAL BACKGROUND OF THE FAKE NEWS
INQUIRY AND THE NEW REPRESSION WAVE THAT RAVAGES BRAZIL**
AUTHOR OF THE BOOK: ANDRÉ MARSIGLIA

Edson Luís Rezende Vasconcellos²

RESUMO

Este texto é uma resenha de livro. Em “Censura por toda parte: os bastidores jurídicos do inquérito das *Fake News* e a nova onda repressora que assola o Brasil”, André Marsiglia analisa a postura do Supremo Tribunal Federal em relação ao chamado inquérito das *Fake News* e a censura daí decorrente.

Palavras – Chaves: STF; inquérito das *Fake News*; censura.

RESUMEN

This text is a book review. In “Censure everywhere: the legal background of the Fake News inquiry and the new repression wave that ravages Brazil”, André Marsiglia analyzes the posture of the Supreme Federal Court regarding the so-called Fake News inquiry and the censorship that results from it.

Key-words: STF; Fake News inquiry; censorship.

O inquérito de número 4.781, que tem trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) e que ganhou a alcunha de “inquérito das *Fake News*”, tem recebido inúmeras críticas.

As análises abordam sua duração (mais de 6 - seis - anos), o modo como foi instaurado (pelo Presidente da Corte, que depois escolheu, como seu condutor, o Ministro Alexandre de Moraes), a fundamentação legal para a sua instauração (baseada num artigo

¹ MARSIGLIA, André. CENSURA POR TODA PARTE: Os bastidores jurídicos do inquérito das Fake News e a onda repressora que assola o Brasil. São Paulo: Faro Editorial (selo Avis Rara), 2024.

² Doutorando em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP. Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela Universidade de São Paulo – Largo de São Francisco. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1974255767339259>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4221-4406>. E-mail: evasconcellos@adv.oabsp.org.br

do regimento interno da própria Corte) e mesmo pelo seu objeto (apurar ataques ao STF, e seus Ministros, por meio das redes sociais).

Não se deve esquecer, por evidente, que o inquérito das *Fake News*, quando de sua instauração, recebeu, parece-nos, mais aplausos do que julgamentos negativos pois pairava uma preocupação, por parte da sociedade, com as instituições da democracia brasileira.

No entanto, com o transcurso do tempo (uma boa medida para se averiguar, com mais clareza, os fatos e as questões jurídicas) e o retorno a um clima de, digamos assim, menos inquietação com o sistema político brasileiro, o caminhar do inquérito, e sua própria existência, começou a sofrer um sem-número de apreciações negativas.

Tais avaliações ao inquérito tem sido postas em muitos textos, especialmente na mídia impressa e eletrônica, que focam nas questões formais e materiais que envolvem o seu nascimento (modo e motivação para instauração), seu desdobramento (colheita de provas e acesso das partes e advogados a seu conteúdo), o seu término (arquivamento, base para ações penais ou mesmo desdobramentos para novos inquéritos tratando de assuntos específicos) e, por fim, mas não menos importante, a sua duração num tempo absolutamente razoável.

A obra resenhada traz à público situações vividas pelo autor ao advogar para clientes que se viram incluídos no inquérito das “Fake News”, como objetos de investigação, a partir do momento que fizeram e tornaram público, em uma revista eletrônica, uma reportagem contando bastidores do poder e da política brasileira ^{1, p. 20}.

Digno de nota, desde já, que o objeto do livro, contar as desventuras de advogados e partes em um procedimento judicial, não é, infelizmente, algo frequente em nossa literatura e, só por isso, a obra já seria bem-vinda.

A preocupação maior do escritor, assim intuímos, é alinhar toda a história narrada, quer seja o seu viés jurídico, quer o factual, com o fenômeno da censura ^{1, p. 11}.

A censura, seu conceito, características, e tudo o que a envolve, é a grande protagonista (vilã?) do livro ^{1, p. 105}. De outra parte louva-se a liberdade de expressão e a sua garantia, observando-se, entretanto, seus limites ^{1, p. 118}.

Para o criador da obra resenhada, a democracia brasileira e o fenômeno da censura podem conviver perfeitamente e esta pode ser praticada, sem problema algum, por meio do Poder Judiciário brasileiro ^{1, p. 15}.

Exemplo disso seria o inquérito das *Fake News*, que, tendo como objeto ameaças e *Fake News* contra o STF e seus Ministros, torna-se, para o responsável pela obra, assim deduzimos, também um instrumento de comando das redes sociais ^{1, p. 18}.

Faz-se o controle pela censura.

O autor, tratando da censura, também tangencia problemas correlatos.

Um dos que mais chamam a atenção, e tem sido tratado com frequência pela nossa mídia, é a falta de acesso dos advogados ao inquérito. É sabido que algo novo ocorreu no inquérito (novo seguimento ou deliberação), mas, como os causídicos não sabem se há relação com o seu cliente, é necessário contatar o STF para saber se você é o interessado na mais recente resolução ^{1, p. 73}.

Outro dos problemas narrados pelo autor, e que choca pela sua surrealidade, é levar seu cliente para ser ouvido e a autoridade responsável pela oitiva realizar perguntas bastante amplas pois também não está a par de tudo o que foi coligido no inquérito ^{1, p. 53}. Como ressalta o literato, os investigados não sabem por que estão sendo investigados.

O escritor nos dá conta^{1, pp. 68 e 69}, ainda, que, para defender seus clientes lançou mão de uma Reclamação e de um *Habeas Corpus*, e informa que este foi julgado pelo plenário virtual do STF.

Ao ver, agora do resenhista, a utilização do plenário virtual, é mais um dos problemas em que a Corte Suprema encontra-se enredada, optando-se pela celeridade em negação à reunião física do colegiado, posterior debate presencial e sustentação oral dos advogados no calor do julgamento.

Todo esse cenário, aqui resumido, gera a seguinte situação:

“Talvez sejam esses lamentáveis casos decorrência direta do arbítrio de nossas Supremas Cortes, inflado pelo advento do Inquérito das *Fake News* a partir de 2019. Quando a censura e o descalabro contra direitos fundamentais como a liberdade de expressão e de imprensa se tornam regra no seio de nossa Corte Constitucional, o juiz de primeira instância se sente autorizado a fazer o mesmo, ou pior. A censura no país nunca deixou de ser uma realidade, mas talvez tenha se tornado nos últimos anos uma epidemia. Daqui a quinze ou vinte anos, sobrarão decisões e precedentes péssimos e uma jurisprudência agressiva surgida e mantida pelo Judiciário, em especial por nossa Suprema Corte.” ^{1, p. 89}

Como a censura pode ser praticada por Poderes constituídos e por particulares o autor crê que a censura feita por estes é visível por meio do denuncismo e pelo cancelamento ^{1, pp. 15 e 98}. Exemplifica o fenômeno com o fato de parlamentares

denunciarem seus opositores no inquérito das *Fake News* para que fossem investigados pelo Ministro condutor do procedimento.

Para se ter censura “(...) Não basta haver uma restrição à liberdade de se expressar ou de se manifestar: para ser considerada censória, a restrição precisa ser indevida. (...)”¹, p. 105, podendo ser praticada por “(...) Qualquer pessoa capaz de um ato de poder centralizado, (...)”¹, p. 107. E só é possível a limitação à liberdade de expressão, para o escritor, se o “(...) discurso almeja a extinção do outro, ou do discurso do outro, (...)”¹, p. 118, trecho.

O autor também pontua problemas de nosso tempo como a intolerância ao pensamento contrário. Em suas próprias falas “O exercício possível da liberdade de expressão tem passado a ser visto na modernidade como declarar algo sem agredir, sem contrariar, sem importunar”¹, p. 113, trecho.

O livro resenhado trata de problemas importantes de nossa democracia que, observamos, não têm sido tratados com o destaque devido.

O texto permite, também, ilações, tal como a necessidade de se estudar o desempenho do STF frente a realidade contemporaneamente posta à nação e sua relação com os demais Poderes.

A obra, ademais, tem uma redação direta, clara, que nos prende em 32 (trinta e dois) curtos capítulos, como se fossem flashes de uma longa história que, infelizmente, ainda não acabou.

Não é uma narrativa jornalística, imparcial. É um retrato parcial de quem viveu (vive) uma parte da história do judiciário brasileiro e conta-nos segundo suas convicções.

Anoto, por fim, que fiz imenso esforço para não revelar os personagens e detalhes da história que serve como condutora do livro para que o leitor, desta resenha, tenha a curiosidade de descobrir esse intrigante e corajoso relato.

REFERÊNCIA

¹ MARSIGLIA, André. CENSURA POR TODA PARTE: Os bastidores jurídicos do inquérito das *Fake News* e a onda repressora que assola o Brasil. São Paulo: Faro Editorial (selo Avis Rara), 2024

Data de Recebimento: 08 de julho de 2025.

Data de Aprovação: 21 de outubro de 2025.